

Sumário

[1]§1.1. Uma introdução	1
Seção [2] A Construção da Propriedade Intelectual como Monopólio.....	5
[2]§1. O estatuto dos Monopólios de 1624	5
[2]§2. Como a cláusula finalística se incorpora na lei ordinária	10
[2]§3. O papel da temporalidade	20
[2]§4. O Custo social das exclusivas da Propriedade Intelectual	21
[2]§5. A inderrogabilidade do domínio público.....	24
[2]§6. A dimensão público/privado em Propriedade Intelectual	24
[2]§7. O livre uso do que não está sob exclusiva.....	28
[2]§8. Propriedade Intelectual como uma “propriedade” constitucional.	36
[2]§9. A natureza das exclusivas da Propriedade Intelectual no sistema brasileiro.....	41
Seção [3] Sobre a Construção da Propriedade Intelectual a Partir do Conceito de Propriedade	45
[3]§1. O Pólo da Propriedade	45
[3]§2. A construção da propriedade pelo Tribunal Constitucional alemão	48
[3]§3. O desenho dos direitos de Propriedade Intelectual é essencialmente constitucional	65
[3]§4. A construção de uma exclusiva resulta de um ato político.....	66
Seção [4] A Construção da Novidade como o Requisito Constitucional Central.....	69
[4]§1.1. O que é “Novidade” depende do tipo do direito	74
[4]§1.2. Novidade das marcas como requisito constitucional.....	75
[4]§2. A natureza territorial dos direitos de PI	76
[4]§3. Propriedade Intelectual não se expande por via judicial	78
[4]§4. A complexa ponderação	82
[4]§5. A importância político-conformadora do processo de ponderação .	83
[4]§6. A ponderação e a limitação à pesquisa.....	88
[4]§7. Quando é o tempo de se dar patente de fármacos e medicamentos..	91
[4]§8. Ponderação entre a propriedade e a saúde.....	92

Seção [5] Os Requisitos Constitucionais dos Direitos	95
[5]§1. Dos direitos autorais	95
[5]§1.1. A originalidade autoral.....	95
[5]§1.2. Da garantia de que a exclusiva não impeça o desenvolvi- mentos da cultura	104
[5]§2. Das patentes	108
[5]§2.1. Utilidade social das patentes	108
[5]§2.2. Descobertas e invenções.....	108
[5]§2.3. Atividade inventiva	110
[5]§2.4. Preexistência de direitos antes da concessão da patente.....	116
[5]§2.5. Exigência de devido processo legal.....	116
[5]§2.6. Conteúdo constitucional das patentes.....	117
[5]§2.7. A diferença entre o objeto das patentes e dos direitos autorais.	118
[5]§3. O estatuto constitucional do segredo de empresa	123
[5]§4. A especificidade das marcas	124
 Seção [6] A liberdade de expressão	 125
[6]§1.2. O caso Eldred v. Ashcroft	127
 Seção [7] PI e Consumidores	 131